

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
DA COMARCA DE [CIDADE], ESTADO DO [NOME DO ESTADO].**

RÉU PRIMÁRIO

RÉU PRESO

[NOME COMPLETO], brasileiro, solteiro, filho de [NOME DO PAI] e de [NOME DA MÃE], inscrito pelo CPF nº[NÚMERO DO CPF];, residente e domiciliado na [LOCALIDADE], rua [NOME DA RUA], casa nº [NÚMERO], por seus advogados que esta subscrevem em procuração anexa, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a concessão de **LIBERDADE PROVISÓRIA** pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I - DOS FATOS

Conforme presente nos autos, o requerente foi preso em flagrante no dia 12 de abril de 2023, relata-se que as guarnições da ROCAM receberam informações do Setor de Inteligência sobre um endereço utilizado como depósito de entorpecentes, localizado nas proximidades da Rua [xxxxxxxxx]. Ao se dirigirem ao endereço indicado, os policiais avistaram uma transação em andamento, na qual um indivíduo, identificado posteriormente como **[acusado]**, entregava dois sacos pretos a um segundo indivíduo, mais jovem, que estava do lado de fora do pátio. O segundo indivíduo, ao perceber a aproximação das viaturas, empreendeu fuga, descartando um dos sacos em um pátio próximo, na [xxxxxxxxxxxxx], nº [xx], e continuou a fuga para um matagal, onde perdeu um aparelho celular. O morador da residência onde o saco foi arremessado, identificado como [testemunha], reconheceu o fugitivo como seu irmão **[acusado]**

e entregou o saco aos policiais. O saco continha substâncias análogas ao crack, cocaína e maconha, totalizando aproximadamente 2,4kg.

[Acusado] foi abordado com um saco contendo mais de 2,2kg de **SUBSTÂNCIAS ANÁLOGAS** ao crack, cocaína e maconha, além de duas balanças. Após a apreensão dos materiais, foi dada voz de prisão a **[acusado]**.

Diante dos fatos, a Autoridade Policial determinou a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante (APF). Cabe ressaltar que, até o momento, **NÃO FOI CONSTATADO POR MEIO DE PERÍCIA TÉCNICA** que as substâncias apreendidas sejam efetivamente drogas, sendo apenas identificadas como substâncias análogas conforme constante no “**LAUDO DE CONSTATAÇÃO PROVISÓRIA DA NATUREZA DA SUBSTÂNCIA**” na página 23 do auto de prisão.

Outrossim é que a prisão de **[acusado]** é desproporcional, uma vez que a lei aplicável ao caso concreto, admite liberdade provisória, mediante condições.

II - DO DIREITO

A Constituição Federal assegura a presunção de inocência até trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5º, LVII). Além disso, observa-se o disposto no art. 5º, inciso LXVI, o qual assegura que ninguém pode ser levado à prisão ou ali ser mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança. Ademais, o artigo 310 do Código de Processo Penal prevê que, ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá conceder liberdade provisória, com ou sem fiança, caso não estejam presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva.

No caso em tela, a prisão em flagrante não se converteu em preventiva, e o réu preenche os requisitos para a concessão da liberdade provisória, conforme dispõe o artigo 321 do CPP, uma vez que não há elementos que justifiquem a necessidade da prisão para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Além disso, o réu possui residência fixa, trabalho lícito e não possui antecedentes criminais, o que reforça a possibilidade de responder ao processo em liberdade.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, **requer-se:**

A concessão da liberdade provisória em face do réu **[nome do acusado]**, sem a imposição de fiança, em conformidade com o artigo 310, do CPP, diante da ausência de requisitos para a manutenção de sua prisão preventiva e considerando a não realização de perícia técnica nas substâncias apreendidas;

Subsidiariamente, caso Vossa Excelência entenda pela necessidade de imposição de medidas cautelares diversas da prisão, que estas sejam determinadas nos termos do artigo 319 do CPP;

Que seja intimado o Ministério Público para que tome ciência deste pedido;

*Nestes termos,
Pede deferimento.*

[Local],[Data].

[nome do advogado]
OAB nº XXXX-XXXX